

CRESCER E DESENVOLVER-SE SUSTENTAVELMENTE: POSSIBILIDADES DA INTEGRAÇÃO EM REDE DE COOPERAÇÃO ENTRE UMA COOPERATIVA E ASSOCIAÇÃO

Ivânia Freire da Silva¹
Claucir Roberto Schmidtke²

RESUMO: O objetivo deste *paper* reside em verificar a possibilidade de integração em rede de cooperação entre a cooperativa de piscicultores e uma associação de núcleo de práticas solidárias de Mundo Novo-MS, identificando a perspectiva de crescimento e desenvolvimento sustentável. Com base na pesquisa teórica, buscaram-se fatores considerados relevantes para a caracterização de uma integração em rede, bem como características de crescimento para a associação que confirmasse as atividades desenvolvidas de forma sustentável por esse grupo de mulheres. Sendo assim, tem-se nesta pesquisa um estudo exploratório de análise qualitativa. Os dados foram coletados por meio de entrevista realizada com algumas associadas. O trabalho traz como resultado a pouca informação da cooperativa e a ausência de formalidade de contratos que garanta a ausência de risco. Ademais, percebeu-se que boa parte dos problemas que ocorrem internamente na associação surge pela ausência de gestão organizacional, mas conscientes com os danos causados em processo produtivos pela contaminação do solo optando por uma produção mais sustentável e de baixo custo.

Palavras chaves: redes de cooperação, crescimento e desenvolvimento sustentável, mulheres associadas.

ABSTRACT: The aim of this paper lies in verifying the possibility of integrating a network of cooperation between fish farmers cooperative and a core membership of solidarity practices of New World-MS, identifying the prospects for growth and sustainable development. Based on the theoretical research, were sought-factors considered relevant for the characterization of a network integration and growth characteristics for the association to confirm the activities in a sustainable way by this group of women. Thus, we have in this research an exploratory study of qualitative analysis. Data were collected through interviews held with some associates. The work brings results in little cooperative information and the lack of contracts of formality that guarantees the absence of risk. Moreover, it was noticed that many of the problems that occur internally in association comes the lack of organizational management, but conscious with the damage to production process by soil contamination opting for more sustainable production and low cost.

Keywords: networks of cooperation, growth and sustainable development, women associated.

1 INTRODUÇÃO

¹ Mestre em Agronegócios pela UFGD. Docente e Pesquisadora da Universidade Federal de Mato Grosso – Campus de Rondonópolis – UFMT/CUR. E-mail: prof.ivaniafreire@gmail.com

² Doutorando em Economia do Desenvolvimento pela UFRGS. Docente e Pesquisador da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – UNICENTRO. E-mail: claucir_roberto@hotmail.com.

Impulsionadas pela conjuntura de crescimento econômico, as mudanças tecnológicas presentes constantemente no agronegócio, assim como em outros setores, por dinamizar as relações produtivas e comerciais, tendem a oportunizar melhores condições de emprego e renda. Inserida neste contexto, a piscicultura tem contribuído para a geração de renda de pequenos proprietários, pescadores, assentados rurais e comunidades indígenas, o que a tornar uma atividade extremamente favorável à manutenção da estrutura familiar, principalmente para as comunidades de baixa renda (GONTIJO *et al.*, 2005).

Não obstante, como em toda atividade que visa expansão, a piscicultura precisa superar obstáculos, tais como: a) a ausência de uma cadeia produtiva organizada com unidades de beneficiamento; b) a falta de fornecedores regulares de alevinos e ração e c) a carência de um canal de comercialização e assistência técnica adequada (MORETTI, 2010) presente em algumas unidades da Federação, como no caso específico da região Sul do Estado de Mato Grosso do Sul.

Com o entendimento de que o crescimento pode não trazer qualidade de vida e direcionando a discussão para o caso do Brasil, a segunda metade do século XX, entre outros aspectos, foi caracterizada pelo avanço das fronteiras agrícolas. Isso resultou em maior renda e abastecimento para regiões que procuraram se industrializar. No entanto, não só no caso brasileiro, mas em nível mundial, a constatação de que os recursos naturais estavam sendo consumidos de forma exacerbada trouxe uma nova pauta de debate centrada na preocupação com as gerações futuras.

A junção entre os agentes do agronegócio, como mecanismos de sobrevivência a um mercado competitivo, surge como exigência à tendência da nova economia. A característica principal da idéia de integração ocorre por três motivos: da necessidade para se integrar os negócios em grandes redes de parceria; da formação de clusters; e, da estrutura em redes que elimine as distâncias entre os agentes envolvidos. Estudos acerca do tema explicam que a lógica da atuação em rede de cooperação ocorre a partir da consciência da necessidade de tornarem-se eficientes, competitivas, com o objetivo de redução das incertezas e riscos a partir da coordenação e cooperação entre as empresas (AMANTO NETO, 1999; OLAVE; AMATO NETO, 2001; WILLIAMSON, 1985; VERSCHOORE; BALESTRIN, 2008).

Sabe-se que a integração em rede de cooperação visa uma melhoria entre os agentes da cadeia do pescado, por meio do aumento da renda, motivação aos indivíduos e qualidade de vida por meio de desenvolvimento local. Todavia, dessa relação contribuiu para emergir a seguinte questão: Quais as ações de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável

ocorrem em uma integração em rede de cooperação de uma associação e cooperativa no Município de Mundo Novo-MS?

Assim sendo, surge o objetivo de verificar os reflexos provenientes da interação entre uma cooperativa de piscicultores e uma associação de núcleo de práticas solidárias, presentes no Município de Mundo Novo - Mato Grosso do Sul, de modo a identificar atributos relacionados à propagação do desenvolvimento sustentável.

Além desta introdução, o trabalho está dividido em seis seções. A seguir tem-se uma breve revisão de literatura relacionada ao desenvolvimento econômico e as redes de cooperação. A terceira seção consiste na apresentação dos procedimentos metodológicos. Algumas características do ambiente de estudo são apresentadas na quarta seção. Os resultados e discussões consistem no foco da quinta seção. Finalizando o trabalho, a sexta seção apresenta algumas considerações relevantes.

2 DO CRESCIMENTO ECONÔMICO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A promoção dos mecanismos responsáveis pelo surgimento do desenvolvimento caracteriza a ciência econômica desde o seu surgimento. No entanto, a distinção entre crescimento e desenvolvimento é datada de período recente, tendo em vista que a teoria econômica liberal, predominante até o início do século passado, tratava o segundo como reflexo do primeiro. A criação de condições ideais para a obtenção de riqueza acarretaria a melhora nos padrões qualitativos de vida de uma sociedade. Logo,

A evolução da teoria econômica mostra que o debate acerca dessa solução está mais direcionado aos meios para se obter o desenvolvimento do que a entendê-lo, principalmente, em determinadas circunstâncias, para em seguida promover os mecanismos ou construir os caminhos. Exemplo disso é a ideia de que determinado modelo de desenvolvimento é eficiente em qualquer região ou país (SCHMIDTKE, 2015, p. 54).

Com a percepção de que a liberdade de mercado não oferecia segurança ao bem-estar coletivo, a intervenção governamental passou a ser defendida de forma abrangente e posta em prática, fato impulsionado pela grande depressão da década de 1930. Com o final a Segunda Guerra Mundial, a divisão global entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos ficou mais evidente.

O surgimento do termo subdesenvolvimento surgiu da percepção de que mesmo os países praticando os pressupostos do liberalismo econômico, havia nações cuja população, ou grande parte dela, vivia em condições consideradas indignas, o que gerava a necessidade de ações voltadas à sua minimização. Tem-se, portanto, a constatação de que a criação de

condições favoráveis ao crescimento não consistia em garantia para o desenvolvimento e, com isso, a necessidade da criação de mecanismos que possibilitassem uma melhor compreensão das especificidades das nações não desenvolvidas.

De forma geral, o crescimento pode ser entendido como condição para o surgimento do desenvolvimento, mas não garante o aparecimento deste. Assim, o desenvolvimento econômico pode ser definido “pela existência de crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g^*), envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais” (SOUZA, 2009, p. 22). Em adição, este tipo de desenvolvimento compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, bem como a ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade (SOUZA, 2009).

Nesse sentido, Furtado (2001, p. 21) destaca: “O desenvolvimento, gerado endogenamente, requer criatividade no plano político, e esta se manifesta quando na percepção dos obstáculos a superar adiciona-se um forte ingrediente de vontade coletiva”. Para o autor, “[...] somente uma liderança política imaginativa” tem a capacidade de conduzir, com criatividade, a construção de estruturas que permitam avançar na conquista de novas formas de convívio social.

Discussões acerca dos limites do crescimento econômicos dos países surgiram nas últimas décadas. No decênio de 1960, foi criado o documento intitulado “Limites de Crescimento”, que serviu para a criação do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA). Este programa tinha por objetivo duas metas. A primeira, proporcionar aos países em desenvolvimento uma maior tranquilidade, já que estes se encontravam assolados pela miséria e com graves problemas sociais e necessitavam se desenvolver economicamente. Segundo, evidenciar aos países ricos ou desenvolvidos a responsabilidades de assumir metas de desenvolvimento sustentável. No Brasil, a discussão quanto ao limite do crescimento ganhou força nos anos 70. (TINOCO; KRAEMER, 2004)

A partir dos anos 80, por conta da realização da Conferência das Nações Unidas, idealizada para discutir questões ambientais e de desenvolvimento, passou a ser disseminado o conceito de “desenvolvimento sustentável”, no relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”. Em seu corpo textual, a pobreza foi indicada como umas principais causas dos problemas ambientais. Nos anos 90, na Convenção do Clima, foi aprovado o protocolo de Kyoto, documento que teve por objetivos a segurança da produção alimentar e o desenvolvimento econômico de forma sustentável. (TINOCO; KRAEMER, 2004).

O que passa a ser considerado como proposta de desenvolvimento econômico é a igualdade de oportunidade de desenvolver as nações e também a sociedade que a compõe, ou seja, o processo de desenvolvimento econômico deve satisfazer a qualidade de vida das gerações presente e futura (STAREIKÉ, 2015). Desse modo, o desenvolvimento passa a ser sustentável, pois os seus mecanismos tendem a beneficiar toda uma sociedade ao longo do tempo.

O desenvolvimento sustentável é entendido como um processo de desenvolvimento que não provoque exaustão dos recursos naturais, comprometendo o futuro. Ou seja, a adoção de um modelo de gestão de recursos que, atendendo às necessidades do presente, preserve fatores naturais que possam garantir o atendimento das necessidades humanas (CARDOSO, 2009, p. 117).

O desenvolvimento sustentável tem três vertentes principais “crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico” Doinare (2007) e Veiga (2005). Em adição, a sustentabilidade abrange cinco dimensões: (1) social: distribuição equitativa de renda e de ativos para redução das diferenças dos padrões de vida entre ricos e dos pobres; (2) econômica: fluxo constante de investimentos públicos e privados, alocação e manejo dos recursos naturais; (3) ecológica: o uso dos recursos naturais com mínima deterioração ambiental, reciclagem, desenvolvimento de tecnologias e políticas de conservação; (4) geográfica: distribuição populacional rural-urbana equilibrada; e (5) cultural: implica no processo de mudança cultural rumo à modernidade. (SACHS, 2002)

A sustentabilidade ocorre por meio de três estágios. No primeiro, que está relacionado ao conceito, há espaço de discussão acadêmica, de modo a contemplar os ativos naturais como foco central do desenvolvimento. Em seguida, são relacionadas as ferramentas de mensuração com a inclusão das contribuições interdisciplinares das várias ciências no desenvolvimento de métodos de valoração ambiental, que possam estimar o desenvolvimento sustentável. O terceiro diz respeito à criação e à apresentação de indicadores, importantes para a sociedade ter o conhecimento dos efeitos ocorridos sobre a biodiversidade, em relação às escolhas de critérios, ações, políticas e projetos de desenvolvimento sustentável (IPEA, 2010).

De acordo com Sachs (2009), é possível alcançar o ecodesenvolvimento por meio dos sistemas tradicionais da gestão de recursos e de um processo participativo que identifique as necessidades, os recursos potenciais e as maneiras de aproveitamento da biodiversidade, a fim de melhorar a vida dos povos. Destaca que o desenvolvimento econômico de um país sente as influências dos seus agentes envolvidos e do ambiente em que estão inseridos.

O desenvolvimento deve ser considerado como um processo de expansão da liberdade humana que independe do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), do aumento da renda, da industrialização, do avanço tecnológico e da modernização social (SEN, 2000). Portanto, a sua ocorrência demanda da capacidade do indivíduo fazer escolhas, do direito de liberdade e ancorada na formação de seus valores. Logo, o desenvolvimento pode ser ampliado por políticas públicas ou mesmo sustentado pelas instituições sociais.

Em Streimikiene; Aksaunitaukaite e Sutkute (2014) foi verificado o efeito do conhecimento (*knowledge*) no desenvolvimento sustentável como instrumento de competitividade das organizações e, por conseguinte, de países. Foi realizada uma junção teórica e pesquisas voltadas aos índices de competitividade da China, Malásia, Coreia, Lituânia e México, entre outros, que incorporam em documentos públicos suas estratégias de desenvolvimento sustentável. Em termos de conclusão, foi destacado que o conhecimento organizacional e a melhoria contínua são fatores chaves que ajudam a promover o desenvolvimento sustentável, o que resulta em melhor desempenho. Por conseguinte, o conhecimento orientado ao desenvolvimento sustentável favorece o reconhecimento de outras partes de igual interesse e reforçam a melhora constante do conhecimento para a aplicação nas práticas da organização.

Por sua vez, o estudo de Stareike (2015) mostrou que em áreas rurais é possível o alcance do desenvolvimento sustentável, desde que haja harmonia entre os recursos econômicos, ambientais, sociais e culturais, o que exigirá uma abordagem de integração nas ações das partes interessadas como requisito para o compromisso entre os diferentes elementos sustentáveis. Também foi enfatizado que para as mudanças organizacionais e o desenvolvimento sustentável das zonas rurais, é fundamental analisar como funções e processos das atividades ocorrem de forma que estreitem as relações entre as organizações. O trabalho conclui os seguintes elementos de uma cadeia: (i) o alvo do desenvolvimento sustentável das zonas rurais; (ii) funções das zonas rurais; (iii) processo de preparação e estratégias para o desenvolvimento que integre as zonas rurais; e (iv) os resultados do bem estar social. Em síntese, sugere o conceito de novos mecanismos organizacionais, ou seja, mudanças no âmbito organizacional que combine de forma eficaz os interesses e as diferentes necessidades dos atores, bem como elaborar e programar estratégias integradas na busca de sustentação desta área.

3 CADEIA PRODUTIVA E REDE DE COOPERAÇÃO: POSSIBILIDADE DE CONEXÃO

Não é recente que o homem busca organizar-se nas atividades envolvidas na produção de alimentos. Economistas franceses na década de 60, preocupados com a estrutura do sistema agroalimentar, decidiram aprofundar suas análises nas cadeias produtivas. Assim, os estudos da época contribuíram ao uso da terminologia *analyse de filière* (cadeia produtiva), que veio ao encontro do objetivo pretendido, ter uma definição precisa da seqüência lógica do encadeamento de atividades semelhantes (BATALHA; SILVA, 2001; ZYLBERSZTAJN, 2000).

Não obstante, considera-se essencial analisar três fundamentos para o uso da abordagem *filière*: (1) a seqüência de operações de transformação, dissociáveis, separáveis e ligadas entre em si por encadeamento técnico; (2) o conjunto de relações comerciais e financeiras estabelecidas entre todas as fases do processamento, e (3) o conjunto de operações econômicas que permite o desenvolvimento dos meios de produção, de tal modo, que garante as operações conjuntas (MORVAN, 1991; ZYLBERSZTAJN, 2000; BATALHA, SILVA, 2001).

Castells (2000) apresenta a abordagem das redes, em que alega ser um conjunto de nós interconectados que aparece em várias ênfases institucionais. Segundo o autor, as redes possuem uma estrutura aberta que permite uma expansão irrestrita, desde que os novos nós integrados tenham códigos de comunicação congêneres de valores ou objetivos de desempenho. Logo,

Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que pode se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável (MANCE, 2000. p. 24)

As redes visam reunir atributos adequados ao ambiente competitivo em uma única estrutura, sustentada por ações uniformizadas, porém descentralizadas, que favoreça ganhos de escala sem perder a flexibilidade por parte das empresas associadas (VERSCHOORE; BALESTRIN, 2008). A utilização do termo “redes” para os estudos organizacionais está alicerçada a cinco premissas básicas:

1) todas as organizações estão ligadas a um conjunto importante de relações; 2) o ambiente de uma organização pode ser visto como uma rede de outras organizações;

3) as ações dos atores das organizações podem ser explicadas por suas relações dentro da rede; 4) redes condicionam e são condicionadas pelas ações de seus integrantes; 5) análises comparativa de organizações devem considerar as características das redes nas quais elas estão inseridas (BATALHA E SILVA, 2001. p. 52)

No decorrer dos anos, ocorreu uma crescente nos estudos de redes organizacionais, isto, em virtude a três razões: a nova competição entre as firmas, as tecnologias de informação e comunicação, e a consolidação da análise de redes por meio do olhar da interdisciplinaridade (NOHRIA; ECCLES, 1992).

Neste contexto, a lógica da atuação em rede de cooperação ocorre a partir da consciência e necessidade de atuação em conjunta (AMATO NETO, 1999), da cooperação produtiva entre as organizações (OLAVE; AMATO NETO, 2001) dos ganhos competitivos (VERSCHOORE; BALESTRIN, 2008) e a redução dos custos de transações; (WILLIAMSON, 1985). Todos estes fatores apontam para uma vantagem competitiva, que não seria adquirida caso estas organizações não atuassem em conjunto (BALESTRIN; VARGAS; FAYARD, 2005; FUCCI AMATO; AMATO NETO, 2008).

As redes de cooperação surgem no Brasil em razão de duas áreas importantes: a acadêmica e a pública. Na acadêmica, os estudos e pesquisas são voltados implantação de projetos para os pólos e distritos industriais. Na pública, a contribuição do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comercio (MDIC), com a formulação de políticas de governo visa o apoio e incentivo às empresas que trabalhe em modelos de cooperativismo e ao associativismo (SILVA, 2005), o que contribuiu às discussões posteriores.

Nesta perspectiva, a integração em rede de empresas de cooperação ocorre por afinidade de natureza informal, ou seja, cada empresa envolvida fica responsável pelo seu próprio desenvolvimento. A ênfase deste tipo de integração é apropriada às pequenas empresas, onde o tipo de associação é uma maneira de concretizar o lema, “a união faz a força” (AMATO NETO, 1999).

Na rede de cooperação o objetivo reside em desenvolver economicamente e socialmente um país com a valorização de todos os agentes envolvidos no processo. Ainda, a contribuição mais significativa deste tipo de integração ocorre com o apoio de agentes públicos, por meio de subsídio financeiros, tributários, e em especial, com assessoria técnica e administrativa (SILVA, 2005).

Não obstante, para caracterizar as redes por meio de uma integração entre organizações é necessário evidenciar a “cooperação” e a “difusão do conhecimento” entre os

agentes envolvidos numa cadeia produtiva. Para Olave e Amato Neto (2001, p.290) “a cooperação oferece a possibilidade de dispor de tecnologias e reduzir os custos de transação relativos ao processo de inovação, aumentando a eficiência econômica e, por consequência, aumentando a competitividade”. Por vez, Fucci Amato e Amato Neto (2008, p.62) explicam que “com o tempo os conhecimentos se acumulam, e as habilidades são repassadas de pessoa a pessoa, de modo que estes conhecimentos passam a se tornar comuns à aglomeração como um todo”.

A revisão de estudos que já versaram o tema de rede cooperação numa perspectiva prática, tende a contribuir a continuidade do estudo na proposta em integrar associadas e cooperados.

Verschoore e Balestrin (2008), em seu estudo identificaram e mensuraram os principais ganhos competitivos proporcionados pelas redes de cooperação em empresas associadas às 120 redes do Programa Redes de Cooperação desenvolvida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio das repostas de 443 respondentes. Os achados obtidos pela análise conjunta atestaram a relevância dos cinco ganhos competitivos viabilizados pelas redes de cooperação às empresas, de acordo com a ordem de importância: provisão de soluções; ganhos de escala e de poder de mercado; aprendizagem e inovação; relações sociais; e redução de custos e riscos.

Giglio; Rimoli e Silva (2008) analisaram dois casos brasileiros de constituição de redes na área de medicamentos veterinários, um foi caracterizado como insucesso e outro por sucesso inicial. Como resultados encontrados destacam a relevância de relações de confiança, de cooperação e de comprometimento. Em adição, destacam que o paradigma de rede social é o que favoreceu o surgimento das redes. Pois, em redes sociais, pressupõe uma ligação entre os atores baseada em relações de confiança que ocorre antes da formação da rede, sendo assim contrária a proposta das que são formalizadas por fatores econômicos e racionais. Também, destacam que expectativas econômicas, governança formal e regras estabelecidas não indicaram uma relação clara entre o sucesso e fracasso nos dois estudos. Concluem que em momentos que é necessário uma solução, o compartilhamento de segredos comerciais que resulte em vantagem competitiva, tende a não ocorrer sem a confiança, o comprometimento e a transparência na relação de redes sociais.

Luchesi et al (2014), por meio de atualização literária pautou-se que as redes de cooperação sob o enfoque associativista tende a ser uma prática geradora de capital social para as organizações. Ademais, destacam que a competição entre mercados restringe ação de

empresas individuais, quanto ao crescimento e desenvolvimento. Assim, concluem que os novos formatos de organizações passam a ser uma solução para problemas comuns, na redução dos riscos e geração de inteligência competitiva.

Em Silva, Olave e Montenegro (2014), o estudo buscou analisar os fatores que motivaram empresários do varejo de móveis da região do Baixo São Francisco a criar uma rede cooperação. Os resultados encontrados por meio de um estudo de caso com o gerente regional do SEBRAE, duas integrantes do escritório do Projeto Rede Vale Móveis e dois associados, apontam que ações voltadas às negociações com fornecedores e a confiança entre os membros que conduz a redução dos custos e dos riscos, são os mais os destacável segundo a pesquisa. Já os fatores relacionados a soluções, aprendizagem e inovação estavam em estágio embrionários, o que não impossibilitou a ampliação da rede com a abertura de novas unidades.

Portanto, percebe-se que as ações de parcerias entre os agentes numa cadeia produtiva do pescado favorecem os mecanismos que concretizam as demandas sociais e que contribuiu para que fiquem mais próximos da busca de autonomia na sua promoção do crescimento econômico e desenvolvimento sustentável.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Um método de pesquisa caracteriza pela abordagem do problema, com os objetivos e com base nos procedimento técnico utilizados. Para este estudo, optou-se quanto aos meios por uma pesquisa exploratória (VERGARA, 2000), e quanto aos fins, a pesquisa bibliográfica e de campo (GIL, 2010) de método qualitativo (CRESWELL, 2010) realizado por um estudo de caso (YIN, 2001).

O objeto de estudo nesta pesquisa é a Associação do Núcleo de Produções Solidárias de Mundo Novo – MS, denominada Art Fish. Por se tratar de um estudo qualitativo somente três associadas foram entrevistadas e para garantir e respeitar a individualidade das respondentes optou-se pelo anonimato dos pesquisados. Assim, não serão citados os nomes nos relatos, somente destacado ASSOCIADAS A, B e C.

Os dados coletados por meio de um roteiro de entrevista semi-estruturado contemplaram duas questões fechadas e as demais abertas. Para os dados transcritos utilizou-se a análise do conteúdo proposta por Bardin (2011) e, posteriormente, organizados por categorias de temas.

4. 1 Contextualização: Mundo Novo – o município e a Associação de Núcleo de Práticas Solidárias.

No estado de Mato Grosso do Sul a piscicultura aparece como alternativa de diversificação econômica para os agricultores. O estado está situado em uma das maiores bacias do Brasil, que é a região hidrográfica do Paraná, com uma área rica em recursos hídricos e favoráveis ao cultivo de peixes em cativeiro, que exige água de boa qualidade e em abundância.

A cidade de Mundo Novo está localizada na região Sul do estado de Mato Grosso do Sul, com uma população de 17.043 habitantes e uma área aproximadamente de 478.000 km² (IBGE, 2012). O município de Mundo Novo (MS) tem 200 hectares de lâminas d'água usadas especificamente para a piscicultura. São extensas represas que produzem, em média, 600 toneladas de peixe por safra. A atividade da aquicultura, como classifica o município está presente na cooperativa de piscicultores de Mundo Novo - Coopisc, fundada em 1999.

Dentro do Núcleo de Produções Solidárias de Mundo Novo, funciona a associação de mulheres, denominada ART FISH fundada em 2004, com 21 associadas. No local, as mulheres e familiares dos piscicultores do município trabalham na confecção de bolsas e outros acessórios (cintos, carteiras e outros) feitas a partir do couro de peixe. A matéria-prima para a produção, o couro, vem dos próprios açudes dos maridos. Elas recebem em torno de 40 quilos de peixe por semana.

Neste local, é feita a limpeza e o curtimento do couro do peixe. Os produtos são fabricados principalmente com couro de tilápia e de pacu. A maior saída é para as bolsas com couro de tilápia, cujo preço de cada peça varia de R\$ 60,00 a R\$ 250,00.

O processamento e aproveitamento do couro do peixe são realizados de forma natural e ecologicamente correta, o qual é obtido via produção pela piscicultura da cidade. A iniciativa gera renda e melhora a qualidade de vida das famílias envolvidas com a produção, industrialização e comercialização de pescado. A proposta é garantir o aproveitamento racional de 100% do pescado, incluindo o beneficiamento da pele processada. A pele do peixe, subproduto especial é resultado da filetagem do peixe. Enquanto no processo de tingimento da matéria prima, curtentes naturais não poluentes são muitos utilizados.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A piscicultura tem contribuído para a expansão do crescimento e desenvolvimento da econômica e da sociedade no Mato Grosso do Sul. Principalmente na região de Mundo Novo, onde tem gerado emprego e renda. O município de Mundo Novo (MS) tem 200 hectares de lâminas d'água usadas especificamente para a piscicultura. São extensas represas que produzem, em média, 600 toneladas de peixe por safra. Neste contexto, tem se a cooperativa dos piscicultores de Mundo Novo-MS, que esta consolidada no município desde 21 de dezembro de 1999. Contando com 27 produtores piscicultores na assinatura da sua ata de fundação e atualmente com 21 associados. No momento de sua fundação, o objetivo da cooperativa era de comercializar pescado e adquirir insumos para os seus cooperados. Obteve como apoio a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – DAS, o Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – IDATERRA, a Prefeitura Municipal de Mundo Novo com objetivo da implantação do Frigorífico de filetagem de peixe através do Programa Prove-Pantanal. As atividades do frigorífico se deram a partir de 2008 e operou por um ano, quando encerrou suas atividades, com o intuito de reavaliar a viabilidade de operação devido a sucessivos resultados econômicos negativos. Mesmo com o frigorífico arrendado, a cooperativa ainda mantém suas atividades, considerando que o objetivo inicial não era o de processar a produção através do frigorífico e sim comercializar o pescado e adquirir insumos aos seus cooperados.

A preocupação inicial do trabalho pauta-se na possibilidade de integração em rede, a cooperativa de piscicultores e a associação de mulheres. Neste sentido, para caracterizá-la alguns fatores específicos de encadeamento foram considerados: (a) o repasse da matéria prima necessária à produção do artesanato a um custo zero, por meio de doação pela cooperativa; (b) a divulgação da cooperativa de piscicultores nos eventos da associação; (c) a localização geográfica que é considerada um fator relevante para integração em redes de cooperação. Destarte, considerado os fatos sintetiza-se o elo na cadeia produtiva do pescado com a junção dos dois agentes, conforme mostra Figura 1 a seguir:

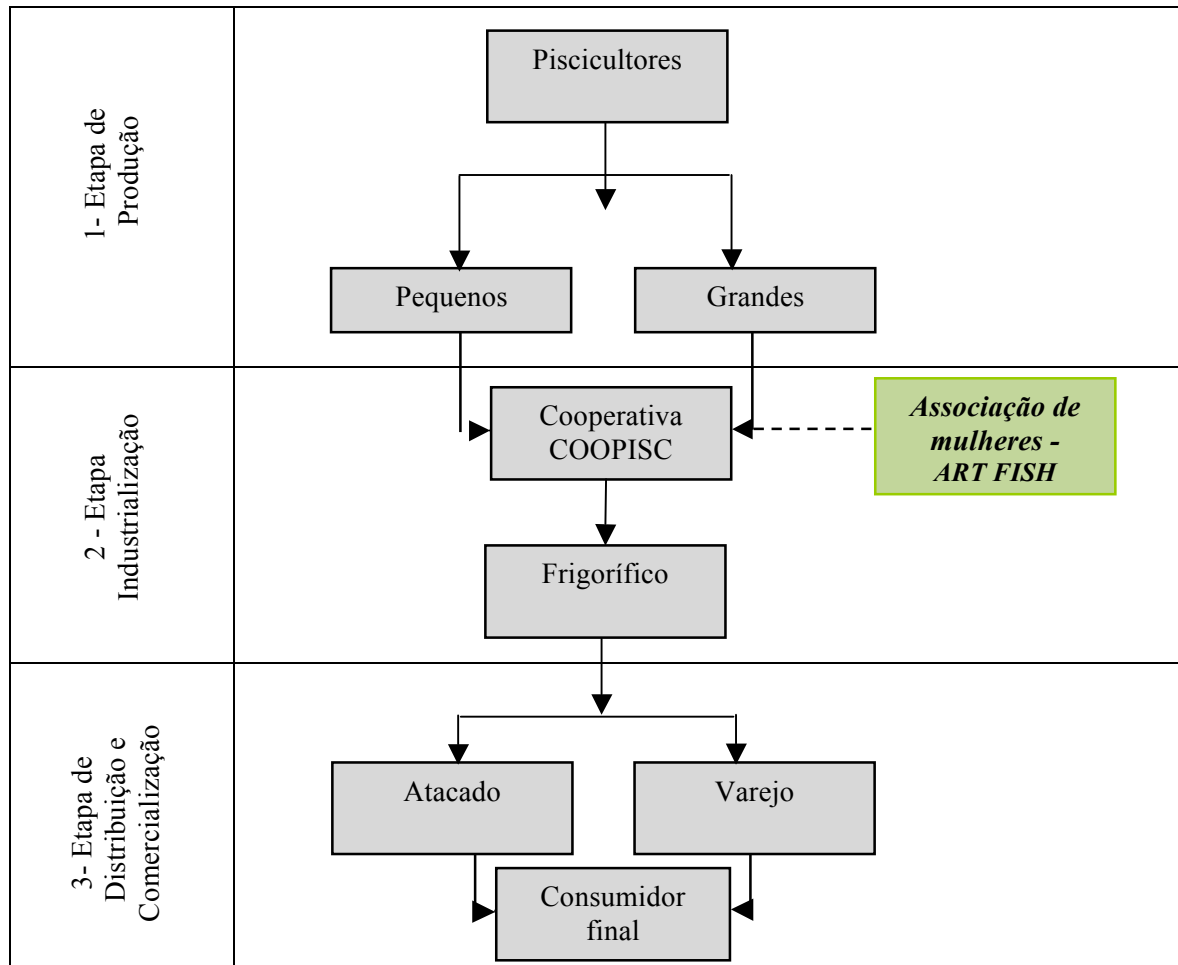


Figura 1 – Integração em rede de cooperação na cadeia produtiva de peixe em Mundo Novo-MS.
 Fonte: Elaborado pelos autores.

Na proposta acima, a cadeia produtiva do peixe segmenta-se em três etapas. Na primeira etapa de produção, ocorre o agrupamento de pequenos e grandes piscicultores. Na segunda etapa de industrialização, têm-se as partes deste processo a cooperativa Coopisc e a unidade de beneficiamento por meio do frigorífico. Nesta etapa, liga-se a associação de mulheres – Art Fish à cooperativa Coopisc. A terceira etapa de distribuição e comercialização ocorre o as etapas destinadas aos agentes de venda, que envolve o atacado, o varejo até chegar ao consumidor final. Assim, a análise da integração em rede de cooperação da Cooperativa com a Associação, corrobora com Amato Neto (1999), que os movimentos de cooperação geram uma nova formação de arranjos entre as organizações.

Uma outra implicação básica nesta análise de estrutura organizacional, de acordo com Zylbersztajn (2000), reside no fato que organizações são arquitetadas por indivíduos. Neste sentido, diferentemente de imaginar que há uma regra fixa para o desenho de uma organização, a identificação pautada na teoria evidencia quais são as variáveis que

determinam as formas internas e as relações organizacionais. Sendo assim, os fatores que podem justificar possível integração em rede são: cooperação; transferência de informações, vantagem competitiva e abertura de novos mercados.

5.1 Análise das entrevistas com as associadas

Nesta seção, as questões foram estruturadas de acordo com os temas dos três pilares sustentáveis: econômico, ambiental e social destacados por Doinare (2007) e Veiga (2005).

Inicialmente, o objetivo era entender os critérios que levaram a escolha da atividade econômica da associação, cinco opções foram sugeridas, cujas prioridades estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Critérios para a escolha da atividade econômica da Associação

Alternativas	Ordem de Prioridade
Tendência de mercado e aumento da renda	2 ^a
Assessoria técnica	1 ^a
Experiência no ramo	5 ^a
Tradição familiar	3 ^a
Condições climáticas	4 ^a

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados na tabela acima, destacam que as mulheres priorizaram na escolha econômica da atividade a “assessoria técnica” realizada por agente extensionista da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul – AGRAER/ Mundo Novo, esta alternativa destacou-se como fator de maior influência. Não obstante, a alternativa “experiência no ramo” foi a que menos pesou na escolha, pois, segundo as associadas, não existe uma regra determinando isso às mulheres que desejam fazer parte da equipe, mas também consideram essencial a força de vontade em aprender as atividades.

Houve questionamento para identificar o crescimento econômico das associadas, tendo por base o aumento da renda familiar. Percebeu-se que ainda há um caminho longo à frente para chegar aos lucros. As justificativas que explicam este fato estão presentes nos seguintes relatos:

“[...] tudo que é vendido está somente cobrindo as despesas fixas da produção” (ASSOCIADA C).

“Por ser uma produção artesanal o preço é considerado de valor alto para clientes no varejo” (ASSOCIADA A).

Ainda, no decorrer da questão notou-se a existência da concorrência acirrada enfrentada pela Art Fish reflexo de mercados fronteiriços entre Brasil/Paraguay. Segundo relatou uma das associadas, as vendas no varejo local são consideradas baixas, tendo em vista que muitos consumidores da região preferem consumir produtos “similares” no comércio paraguaio na cidade vizinha, Salto de Guairá.

Ao serem questionadas sobre os aspectos econômico da associação advindos da parceria com a cooperativa local, as resposta permitiu o seguinte sequencialmente nas alternativas: (1) aumento da produção; (2) aumento da venda do varejo; (3) aumento da venda no atacado; (4) aumento das compra por fornecedores e, (5) não sabem responder.

Questionadas sobre o uso de tecnologia informacional pela associação, como uma oportunidade de melhora aos processos de produção e comercialização, essa questão mostrou ser um problema enfrentado pelas associadas. Observou-se que, não são todas que utilizam esse tipo de tecnologia na associação, pois, há que a considere um elemento gerador de despesa no orçamento. Além disso, uma outra limitação apontada refere-se ao pouco uso deste tipo de tecnologia nas atividades essenciais da cooperativa. “Somente a associada responsável pelo setor administrativo é que tem prática e usa” destacou uma associada. Portanto, quando as associadas fica sem o acesso a internet, elas utilizam o recurso da AGRAER, que fica a disposição das mesmas para consulta local.

Todavia, questionadas sobre a questão ambiental, com o uso de tecnologia no setor produtivo, as associadas todas destacaram que a associação possui máquinas e equipamento de alta tecnologia o que favoreceu o novo processo de tingimento da matéria prima.

Em relação à questão produção sustentável, observou-se que as associadas trabalham toda etapa de transformação da pele do peixe, da chegada *in natura* ao tingimento com curtentes naturais não poluentes e o uso de 100% da matéria prima. Das sobras confeccionam outros produtos, conforme relato das associadas:

Optamos por não utilizar o cromo no curtimento o que gera menos poluente [...] As sobras de material são utilizadas nas confecções de bijuteria (ASSOCIADA A).

O curtimento é à base de tanina e óleos vegetais, é considerado um processo natural [...] As sobras de retalhos de mantas são feitas portas moedas (ASSOCIADA B).

Nós sempre procuramos proteger o meio ambiente, fazemos de tudo para as sobras serem bem poucas, dos retalhos fazemos as bijuterias (ASSOCIADA C).

A preocupação com as questões ambientais presente com o uso de tecnologias modernas pelas associadas, confirma Doinare (2007) que considera a ocorrência de um

desenvolvimento harmonioso quando existe um espírito de responsabilidade comum no processo de mudança, onde a exploração de recursos materiais, os investimentos financeiros e as rotas de desenvolvimento tenham o mesmo sentido de crescimento. Assim, a percepção das associadas com o processo, com vista ao bem estar da produção e do meio ambiente mostra se relevante neste estudo.

As mulheres da Art Fish também consideram o trabalho desenvolvido pela associação reflete no crescimento da cooperativa Coopisc, isto foi percebido no seguinte relato:

[...] Quando vamos a feiras, exposições, representamos a associação [...] explicando de onde vem a matéria prima para as bolsas (ASSOCIADA A).

Por fim, questões foram feitas visando identificar os aspectos sociais. Num primeiro momento, observou-se que a associadas reservam um estoque de sua produção com vista à demanda das feiras locais, interestaduais e internacionais que são realizadas pela parceria com Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA e AGRAER. Em um dos relatos percebeu-se que são os eventos que fazem com que os seus produtos sejam reconhecidos e assim, surgem às encomendas para a associação.

Numa feira da economia solidária para divulgar os trabalhos das mulheres, teve uma empresária que encomendou várias pastas para um evento [...] (ASSOCIADA C).

Posterior, as associadas relataram que o sucesso obtido na compra dos equipamentos para a linha de produção e materiais para a confecção ocorreu em virtude ao programa social destinado a dar suporte financeiro às mulheres, o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar para Mulheres - PRONAF MULHER.

Percebeu-se que são as atividades de palestras e cursos organizados por setores como SENAR/MS e AGRAER/MS como ações para a troca do conhecimento do setor e que favorece o envolvimento social das associadas com os cooperados e os extensores rurais.

As observações feita a campo permitiram identificar pontos falhos na associação, tais como: ausência de apoio especializado para lidar com assuntos relativos à comercialização dos produtos, baixo faturamento da vendas de varejo e a privação de informação de novos mercados.

Por fim, a integração em rede de cooperação na cadeia produtiva do pescado em Mundo Novo pode servir de mecanismo ao surgimento de novas oportunidades para os agentes envolvidos, principalmente no enfrentamento das situações competitiva do setor, bem

como contribuir para uma nova direção do desenvolvimento econômico e sustentável local, algo que seria difícil de enfrentar isoladamente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste estudo visava identificar ações de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável numa perspectiva de integração em redes de cooperação de uma associação e cooperativa na cadeia do pescado em Mundo Novo – MS. Com base em escopo específicos presentes na pesquisa verbalizados na visita de campo, tais como: a doação da matéria prima da cooperativa na etapa final da produção para a associação e a localização de proximidade produtiva entre os agentes envolvidos na cadeia produtiva, que favorece o “elo” na integração dos agentes na abordagem de rede, considera-se alcançado.

Este modelo de “relação de integração” confirma alguns autores, quanto à finalidade das redes de cooperação, de ser o caminho plausível para o crescimento de empresas menores em uma economia globalizada e ampla concorrência (OLAVE; AMATO NETO, 2001; BATALHA; SILVA, 2001).

Não obstante, embora a integração em rede de cooperação mostre ser algo positivo, já que visa o crescimento e desenvolvimento dos agentes envolvidos, neste caso em específico, apontamentos falhos foram considerados, uma vez que pode obstaculizar a característica de formação em rede. Por primeiro, observou-se que as associadas têm poucas informações dos demais mercados, quando um dos objetivos é estreitar este tipo de relacionamento. Em um segundo momento notou-se uma baixa comercialização do varejo e ausência de formalidade de contratos que garanta a ausência de risco para associadas.

Um dos objetivos diagnosticado reside na cooperação mútua entre os agentes cooperados e as associadas, principalmente no fornecimento da matéria prima. O couro do peixe que era inicialmente doado as mulheres da associação, em determinadas períodos fica suspenso, o que propicia o aumento dos custos de transação, com os novos fornecedores em cidades vizinhas, no Estado do Paraná-PR, na garantia da produção.

Considera que boa parte dos problemas que ocorrem internamente na associação emerge da ausência de informações e de gestão, sugere-se como medida a serem consideradas a reorganização dos processos gerenciais. Neste caso, além da ajuda recebida da empresa de assistência técnica AGRAER de Mundo Novo/MS, com o suporte e assistência da atividade, estreitar laços com outros órgãos públicos, como, por exemplo, o SEBRAE, SENAI,

Universidade Federais e Estadual da região, que podem num primeiro momento fornecer em parceria cursos, palestras ou assessoria, para lidar com assuntos ligados ao gerenciamento administrativo e financeiro da associação.

Em análise ao prisma econômico e sustentável proposto pela integração na cadeia do pescado, fica perceptível a imprescindibilidade de apoio e incentivo de políticas públicas, mesmo a prefeitura e a câmara de vereadores, sendo apoiadores da atividade.

Porém, como a prática da atividade da piscicultura no município não é antiga, constatou-se que tanto a associação como a cooperativa trouxeram mudanças significativas a região, como novos empregos, dignidade ao trabalho de homens e mulheres e a comercialização local do pescado. Refletido os conceitos de Sen (2000), em relação ao desenvolvimento humano, conclui-se que em Mundo Novo-MS, a integração em rede de cooperação é um excelente mecanismo para a associação no desenvolver de suas atividades produtivas. Todavia, o aspecto crescimento econômico ainda distância da proposta de desenvolvimento econômico de Souza (2009), pois, requer elevação da produtividade local.

Por fim, destaca-se a necessidade de mais estudos sobre o tema no ambiente rural, visto que o mesmo é amplo, controverso e contempla diferentes opiniões. A intenção do estudo foi colocar em evidência os temas integração em rede de cooperação, crescimento econômico e desenvolvimento sustentável no contexto do agronegócio, buscando enriquecer o assunto ou pelo menos, instigar outros pesquisadores a confirmar ou refutar as idéias e resultados aqui apresentados.

REFERÊNCIAS

- AMATO NETO, J. *Redes de cooperação produtiva: antecedentes, panorama atual e contribuição para uma política industrial*. 238.f. Tese (Escola politécnica Departamento de Engenharia de Produção). São Paulo: USP, 1999.
- BALESTRIN, A.; VARGAS, L. M.; FAYARD, P. Criação de conhecimento nas redes de cooperação interorganizacional. *Revista de Administração Eletrônica*, v. 45, n. 3; Jul./Set. 2005.
- BARDIN, I. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro: São Paulo: Edições Setenta, 2011, 279 p.
- BATALHA, M. O.; SILVA A. L. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O (Coord.). *Gestão Agroindustrial*. São Paulo: Atlas, 2001.
- CARDOSO JR, J C (Org.). *Desafios ao desenvolvimento brasileiro: contribuições do conselho de orientação do Ipea*. Brasília: IPEA, v. 1, 2009.

- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CRESWELL, J. W. *Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FUCCI AMATO, R. C.; AMATO NETO, J. A influencia do capital humano e do capital intelectual no desenvolvimento de aglomerações de empresas e de redes de cooperação produtiva. *Journal of Technology Management & Innovation*, v. 3, n. 2, p. 56-66, Special Issue 1, Ago. 2008
- FURTADO, C. *Razões e ficções do desenvolvimento*. In: ARBIX, Glauco *et al.* (Orgs). São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001.
- GIGLIO, E.; RIMOLI, C.; SILVA, R. Reflexões sobre os fatores relevantes no nascimento e crescimento de redes de negócios na agropecuária. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 10, n.2, p. 279-292, 2008.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.
- GONTIJO, V. de P. M.; ISHIKAWA, M. M.; NOGUEIRA, L. S.; FORTES, W. G. *Diagnóstico das Pisciculturas do Programa Peixe Vida em Mato Grosso do Sul*. Dourados: Embrapa. 2005. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/250810/1/DOC200569.pdf>>. Acesso em 01. mai. 2015.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mato Grosso do Sul: Mundo Novo-MS*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 20 Jun. 2012.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. In: *Sustentabilidade no Brasil: biodiversidade, economia e bem-estar humano*. Brasília: IPEA, Livro 7, 2010.
- LUCHESE, J. R.S.; ROTH, L.; MACKE, J.; FACHINELLI, A. C. A formação de capital social a partir do associativismo em redes de cooperação no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Administração Científica*, v. 5, n.1, p.333-343, 2014.
- MANCE, E. *A revolução das redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MORETTI, E. C. Peixe: bom para a mesa e para os negócios. *Premissas*, n. 02, p. 46-52, 2010.
- MORVAN, Y. *Filière de production: fondements d'économie industrielle*. Paris: Economica, 1991.
- NOHRIA, N.; ECLES, R. *Networks and organizations: Structure, form, and action*. Boston: Harvard Business School, 1992.
- OLAVE, M. E.; AMATO NETO, J. Redes de cooperação produtiva: uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e médias empresas. *Revista Gestão & Produção - G&P*, v.8, n. 3, pp. 289-303, Dez, 2001.
- SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SACHS, I. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas. Os casos da Índia e do Brasil. In: VIERA P. F.; WEBER, J (Orgs.) *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 2002.

- SCHMIDTKE, C. R. Assistência suplementar de saúde coletiva no Brasil: um ensaio referente à Nova Economia Institucional. In: CASTRO, J. D.; GODINHO, G. *Fazeres em saúde coletiva: experiência e reflexões de jovens sanitaristas sobre a Economia da Saúde*. Porto Alegre: Rede Unida, 2015. Disponível em: <<http://www.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/serie-economia-da-saude-e-desenvolvimento-economico/fazeres-em-saude-coletiva-pdf>>. Acesso em: 20. mai. 2016.
- SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, C. A.V. da. *Redes de cooperação no Brasil e no mundo: uma abordagem reflexiva*. In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 2005. Curitiba, Anais... Curitiba, 2005, p. 1279-1288.
- SILVA, J. D da.; OLAVE, M. E. L.; MONTENEGRO, L. M. *Redes de cooperação: fatores motivadores para a criação de uma rede varejistas de móveis*. In: VII ENCONTRO DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS – EGEPE, 2014,Goiania. Anais Eletrônico...Goiania, 2014. Disponível em: <<http://www.egepe.org.br/anais/tema09/305.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2016.
- SOUZA, N. J. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 2009.
- STAREIKE, E. *Organizational Mechanism of Rural Areas Development Sustainability*. In: 7TH INTERNATIONAL SCIENTIFIC CONFERENCE RURAL DEVELOPMENT 2015, Lithuania, Proceedings...Lithuania, 2015. Disponível em: <<http://conf.rd.asu.lt/index.php/rd/article/view/171>> . Acesso em: 15 mai. 2016.
- STREIMIKIENE, D.; AKSAMITAUSKAITE, R.; SUTKUTE, N. The Impact Of Sustainable Development Knowledge On Competitiveness Of Organizations. *Czech Journal Of Social Sciences, Business And Economics*, Vol.3, Iss. 4, pp. 06-16, 2014.
- TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, E. P. *Contabilidade e gestão ambiental*. São Paulo: Atlas, 2004.
- VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2000.
- VERSCHOORE, J. R.; BALESTRIN, A. Ganhos competitivos das empresas em redes de cooperação. *Revista de Administração Eletrônica-RAUSP-e*, São Paulo, v. 1, n. 1, art.2, Jan./Jun, 2008.
- WILLIAMSON, O. E. *The economic institutions of capitalism*. New York: The Free Press, 1985.
- YIN, R. K. *Estudo de Caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- ZYLBERSZTAJN, D. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F (Orgs). *Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição*. São Paulo: Pioneira, 2000.